

A LINGUAGEM DA HISTÓRIA

Lourival Holanda

Universidade Federal de Pernambuco

Considerando a história como o registro das formações e transformações de uma dada sociedade, vale ver que a história resulta ser, também, um discurso, um relato: é um modo específico de representação do real. É portanto, uma configuração transitória – a que respondem outras leituras, outros textos, tentando tornar inteligível o real sucedido. “Na interpretação dos fatos”, vai Euclides dizer, “o tempo substitui o espaço para focalizar as imagens: o historiador precisa distanciar-se um pouco dos quadros que contempla.” Vôo de volta da ave de Minerva: possível porque, no modo narrativo Euclides alarga o reflexo do havido, em reflexão. A linguagem literária institui um modo de pensar. Isso propicia a revisão do fato, quase o arranca da interpretação consensual, e faz ver, de modo diverso, desfamiliarizando-o, o evento já consabido. A espetacularização da linguagem permitiu uma especulação, uma reflexão que desbloqueava a desmemória onde já parte do país punha Canudos.

Os Sertões, de Euclides da Cunha, oferece espaço a observações sobre a relação entre o fato e o modo discursivo enquanto **interpretação** do fato. O fato – base da história fenomenal – é ponto de partida. Pela linguagem, que permite a determinação do histórico, se supõe interpretar uma realidade, criando nexos e sugerindo sentido para a compreensão do feito. *Os Sertões* é um caso-limite: permite bem ver, por isso mesmo, as relações entre o fato histórico e sua armação discursiva. Embora Euclides tenha sido testemunha ocular do massacre de Canudos, quando ele publica o livro já o fato é sabido de meio mundo. Não se trata aqui de nenhum furo de reportagem, portanto. Mais: o texto de Euclides vem secundando outros, anteriores.

Há o texto de Afonso Arinos, *Os Jagunços*, de 1898, e seus artigos, sobretudo *Campanha de Canudos (O epílogo da Guerra)*, publicado em outubro de 1897 no *Comércio de São Paulo* – onde se percebe grande coincidência de pontos de vista com a tomada de posição posterior de Euclides. Já Arinos equipara jagunços e soldados quando se refere à “(...) essa luta fantástica, em que à consciência heróica do soldado se opôs a bravura épica do jagunço”. No entanto, como bem viu Tristão de Ataíde, falta a Arinos o vigor verbal que define Euclides.

Houve também o texto de Manuel Benício, *O Rei dos Jagunços*, publicado três anos antes do de Euclides da Cunha. As reportagens de Manuel Benício são, seguramente, melhores que quaisquer outras. Sem contar o *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)*, coordenado pelo jornalista Lélis Piedade que é, em muitos momentos, mais fiel que outras crônicas históricas.

No entanto, é Euclides da Cunha quem levanta, com muito cuidado documental e vigor expressivo, a queda de Canudos, e a projeta em épico. De modo que, a história literária guardou mais

memória do texto de Euclides. Fez dele um paradigma da consciência cultural brasileira pelo arranjo que permitiu uma fundamental revisão crítica do fato. O modo discursivo permitiu ao texto euclidiano ir além da registro histórico: a linguagem não só é reflexo do ali havido – mas é também, e sobretudo, reflexão enquanto crítica e julgamento. É revisão ideológica através da representação de uma determinada prática histórica. Aqui, uma prática especulativa.

A relação entre discurso e fato histórico fica aqui apontada: há uma questão de forma. A história está expressa numa dada forma de discurso. Numa linguagem – que é um modo de transpor e de interpretar a realidade. Toda gramática é ideológica. É uma determinada forma de posse do real. Quando Euclides toma o fato, em *Os Sertões*, vai colocá-lo num sistema figurativo que permita sutilar as interpretações, as leituras do episódio de Canudos. Há uma distância entre o texto inicial, *Excerto de um livro inédito*, publicado n' *O Estado de São Paulo*, em janeiro de 1898, e o texto definitivo de quatro anos depois, sujeitado às tantas correções e variâncias do cuidado formal de Euclides.

É assim que o passo conhecido, da definição do sertanejo, vai ser retocado no sentido da concisão proposital. Antes, aparece na versão de 98: “Assim, o sertanejo é um forte cuja energia contrasta o raquitismo exaustivo dos mestiços enervados do litoral. Surge naquelas paragens com a feição firmemente acentuada de um lidador enérgico”. A idéia está clara e diz bem. Mas dispensando as subordinações num arco armado em elipse, a concisão veio dar prioridade figural à frase: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

A realidade aparece aqui como um modo discursivo. Podemos situar o relato histórico num modo específico, num dado método do discurso, invertendo Descartes. Na história há sempre esta mediação do discurso – que no caso aqui deu força de fenômeno a um fato consabido já. É justamente esta apropriação do fato pelo modo narrativo específico que faz a força do texto de Euclides. Aqui o desafio: dizer o horror e a barbárie com a só fragilidade da palavra humana.

Vindo depois de outros, sobre o mesmo tema, o texto de Euclides é, no entanto, singular em seu arranjo. Como Baudelaire dizia, fascinado, do barroco belga: “composite et flamboyant”. A triagem rigorosa que faz o narrador do fato – do complexo dos acontecimentos – traz um propósito de leitura: trata-se de embutir uma crítica, forçar uma revisão.

Leopoldo Bernucci, crítico agudo, percebeu em Euclides esta consciência antropofágica, de absorção e combinação dos elementos em um texto, a partir de um escrito circunstancial de Euclides onde ele fala desses “materiais estranhos que combinam-se numa síntese inteiriça e tão perfeita, às vezes, que se torna difícilíssimo discriminar no aspecto geral do trabalho, o que pertence a cada um dos mestres consultados”¹

O grande lance – e o grande risco que corre a escrita de Euclides – é traduzir numa imagem aquilo que seria temeridade (formal e política) dizer num conceito. Pode-se dizer que o primeiro texto é escrito a partir do Exército, quando Euclides está a serviço das Armas da República. O texto de agora, repassado de distanciamento crítico, é já de uma outra feitura. Daí o recurso ao imagético, à metáfora, ao figural. O propósito literário, e sua força, estão no implícito.

Euclides percebe a oportunidade de fazer uma leitura por efração a partir do mito. É o mito que põe uma camada de sentido

por sobre as coisas e que, assim, torna natural nossa relação com o mundo. Daí o efeito de desconstrução e reconstrução de sentido que o uso do mito opera no texto de Euclides da Cunha. A caatinga cruza-se então com corredores cretenses, segundo o processo de descrição no qual o mítico vem dar maior realce ao real.

Em dado momento o Exército tem configuração de animal fabuloso: “milhares de indivíduos diversos se fazem um único animal, fera anônima e monstruosa”.² Esta imagem prepara o deslocamento futuro, feito algumas páginas adiante: fora um crime jogar “em cima da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminosa e paga para matar”.³ A organização interna das imagens deixa entrever seu posicionamento crítico com relação ao Exército, já a partir da ordenação semântica: quando o narrador descreve a corporação militar, fundindo as individualidades num “único animal, fera anônima e monstruosa”. É o mesmo sentimento e o mesmo arranjo semântico com que descreve o estouro da boiada: “um corpo único, monstruoso, informe, indescritível, de animal fantástico”.⁴ Euclides deixa ao leitor a inteligência das conexões. A temeridade com que age o Exército difere da coragem. O agitar-se da corporação militar se equipara ao movimento irracional da boiada. Animal único, fera anônima e monstruosa. Interpretar é estabelecer conexões.

Em outro momento o narrador recorre com muita pertinência às imagens míticas, metaforizadas em crítica. Labirinto, minotauro, dédalo. O gado mesmo, trazido para consumo do Exército, vem assim configurado: “O gado diariamente adquirido – oito a dez cabeças – era, porém, um paliativo insuficiente ao minotauro de seis mil estômagos”.⁵ A forma mitológica opera uma valoração pelo primitivo, resolvendo, assim, o conflito entre o instintivo e o cultural. O sertanejo é um Quíron – antítese do Cavaleiro, que domina as forças elementares. O centauro não doma as forças da natureza; antes, funde-se a ela: “colado ao dorso deste (o cavalo), confundindo-se com ele, graças à pressão dos jarretes firmes, realiza a criação bizarra de um centauro bronco”.⁶

Num outro passo o recurso da equiparação se faz em detrimento dos soldados, perdidos no labirinto do sertão e no do tempo: os soldados eram “restos de uma caravana de bárbaros claudicantes”.⁷ Ou: “de tártaros em movimento”.⁸ Outro momento exemplar: os soldados traziam, “no peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efígie do Marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...”⁹ O leitor atento intui a crítica aí embutida: soldados e jagunços se equivalem. A ironia é aqui eficaz pela leitura subliminar que permite ver os soldados como bárbaros claudicantes e os sertanejos como centauros senhoresando seu mundo. Ironia só percebida se o leitor, atento, conectar as imagens.

É assim que o historiador opera, pela seleção e organização do fato, sua revisão crítica codificada no procedimento subliminar, filigramático, das imagens. A impacto dado à realidade – a famosa realidade histórica – vem do modo como esta realidade passa no discurso. Daí a força do estilo de Euclides ter eclipsado os bons textos anteriores. Já não é tanto uma questão de método histórico mas de saber qual representação do dado histórico é utilizada. Assim a história se deixa ver como descrição historicizável de um devir humano. Ou ainda: como teoria das configurações e formas transitórias das práticas descritivas.

² *Os Sertões*. Edição crítica de Walnice N. Galvão, Brasiliense, SP, 1985; p. 281.

³ *Idem*, p. 538.

⁴ *Idem*.

⁵ *Idem*, p. 430.

⁶ *Idem*, p. 180.

⁷ *Idem*.

⁸ *Idem*.

⁹ *Idem*.

¹⁰ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Op. cit.; p. 393.

¹¹ BERNUCCI, Leopoldo. Op. cit.; p. 54

¹² CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Op. cit.; p. 538.

¹³ Idem; p. 281.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

Euclides busca como caução a segurança do discurso do testemunho, como até Hegel empresta a Tucídides. A finalidade deste processo narrativo é criar uma seqüência factual que dê a ilusão de uma causalidade linear. Daqui que o modo de configurar uma descrição é já um índice de sua interpretação. Sua forma oferece, já, parte de seu sentido. Todo texto histórico é um sistema figurativo, um modo de interpretação e de transposição do real. Uma estrutura literária que tenta dar conta de uma conjuntura social.

A historicidade de um texto literário permite ver as leituras e os valores que circulavam no momento de sua elaboração. Euclides traz afinidades com o historiador português Oliveira Martins, de quem transcreve textos. Com o tenente-coronel Siqueira de Menezes a afinidade não é menor: como Euclides nos tempos do fervor republicano, Menezes publica artigos assinando *Hoche* (Lázaro Hoche é figura emblemática que se batera pela República abatendo camponeses na Vendéia – foco de resistência à República francesa; é a imagem que vai servir na equiparação com os camponeses de Canudos). Siqueira de Menezes traz pendor para a botânica poetizada, como Euclides, que poderia transcrever este texto, tanta é a coincidência vocabular: “Foi magnífico, esplêndido mesmo, o espetáculo que a todos vivamente impressionou, vendo a artilharia com seus metais faiscantes e polidos, ativa de sua força soberana, atravessar garbosa e imponente, como rainha do mundo, por entre os fantásticos clarões de grandes fogos, acesos nos desertos, como pelo gênio da liberdade, para mostrar-lhe o caminho do dever, da honra e da glória.”¹⁰ Tal jactância sempre mereceu do narrador estocadas de fina ironia – aqui poupadas.

A historiografia em *Os Sertões* privilegia detalhes, numa notável prontidão em dizer um caráter ou uma situação, num traço. Volto ainda à percepção de Bernucci: “Na arquitetura verbal de seu discurso as partes importam mais que o todo. É a escolha de um adjetivo ou de um oxímoro que recobram mais valia do que a constante vigilância dos elementos que governam a coerência interna e a unidade do seu discurso”¹¹.

A crítica ao Exército vem pelo viés da ironia – que torna ainda mais mordaz a observação: “almas inertes, máquinas de matar”, agindo, diz o narrador, nessa “embriaguez mental perigosíssima”. Enfim, o narrador assume, sem meias tintas, seu veredicto sobre a corporação militar: “multidão criminosa e paga para matar”.¹² Disseminado em outros momentos, este mesmo discurso ácido diz da posição do narrador, que revisa seu ponto de vista sobre Canudos, quatro anos depois do texto de 1897. Agora sobre os soldados o narrador faz pairar uma suspeita de insânia coletiva: o Exército age por “automatismo mental”, por impulso: “é uma fera anônima e monstruosa.”¹³

No plano individual o narrador dá provas de um propósito: seu modo diz sua intenção – realça o valor do jagunço. “O comandante limitou-se a formar três colunas e ir para frente, **pondo diante da astúcia sutil dos jagunços a potência ronceira de três falanges compactas** – homens inermes carregando armas magníficas.” (Grifos meus)¹⁴ No plano individual, põe o soldado “agindo como um autômato pela vibração dos clarins.”¹⁵ Assim subtrai todo pretenso brilho bélico.

O modo historiográfico diz de sua própria historicidade: é um texto que já toma distância e se põe fora das interpretações consensuais no momento em que Euclides escreve. Quando as coisas parecem totalmente findas, porque ditas – nos fazem esquecer do essencial: daquilo de que resultam. A armadilha do discurso



Alvim Martins Horcades. Descrição de uma viagem a Canudos. Lilho - Typography Tourinho. Bahia, 1899. Col. Guita e José Mindlin.

¹⁶ Idem, p. 321.

¹⁷ Idem, 323.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem; p. 248.

histórico é levar a esquecer que todo discurso é uma armação. Que toda narração interpreta, mais do que registra.

Assim o texto d'*Os Sertões* é uma narração que propõe uma leitura interpretativa e crítica do episódio. Já aponta o primeiro gesto da República como "insanidade coletiva". Já ousa equiparar o Conselheiro aos místicos da Frígia ou aos da Roma de Marco Aurélio e explicá-los pelo fator sociológico e dizer: "foram normais." Euclides que crê que respondiam à expectativa daquele momento. Isso prepara seu julgamento sobre a barbárie que investiu contra Canudos.

Aqui o leitor atento às conexões possíveis em suas leituras pode situar a figura que imanta toda a crítica de seu texto: a loucura (ora, a loucura é uma destas instâncias não pensadas pelo discurso positivista). Loucura é como Euclides vê agora a excrescência do credo positivista e a República, já em seus desvios jacobinos. O desencanto de Euclides com os descaminhos da República recém-instituída vai ser dito no modo como apresenta Moreira César, em quem Euclides vê a configuração dos desmandos políticos. E o narrador insiste no desequilíbrio psíquico do coronel, figura emblemática do Exército daquele momento. É uma marionete içada a ídolo: "O fetichismo político exigia manipulansos de farda. Escolheram-no para novo ídolo."¹⁶ Quando diz não ser Moreira César nem o campeador brilhante nem o demônio crudelíssimo, arremata: "Não tinha os traços nem de um, nem de outro. Isto, talvez, porque fosse as duas coisas ao mesmo tempo." Mais adiante diz que na seleção de suas qualidades ele ficara "na fase crítica em que ele fosse definir-se como herói ou como facínora"¹⁷. A ação desmedida é vista como expressão de insanidade. O que ali se perpetrou foi um crime – "e o crime como um derivativo à loucura."¹⁸ Fica o leitor em alerta: o narrador põe sob suspeição de insanidade as figuras máximas que conduziram a investida insana contra Canudos.

A República contra a qual (*proh pudor*: ô vergonha, diz em carta a Porchat) ele antes quebrara lanças. Foi loucura desfechar contra Canudos a força de incompreensão de uma pátria saturnal que, armada até os dentes, buscava os filhos que desconhecia. Foi loucura recusar a diferença cultural – o Outro. Em Euclides, como em tantos intelectuais de seu tempo, o peso do conceitual estrangeiro paralisou a acolhida. E a loucura desembocou na intolerância: sempre uma auto-acusação – se é intolerante quando não se tem suficiente largueza mental para absorver a diferença.

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pelejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por **uma civilização de empréstimo**. Respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, **fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade**, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separaram-no três séculos...¹⁹.

A construção histórica em Euclides da Cunha desloca alguns fatos, troca os sinais, suspende a expectativa surpreendendo o leitor. É um processo de iconoclastia sutil: não destrói pela argumentação. Antes, desloca o paradigma consensual no discurso figurati-

vo. Quando, passado o evento, já a Nação pensava arquivada na desmemória coletiva o episódio de Canudos, Euclides traz de volta o tema e faz ecoar como revolta o grito do Arraial-de-Canudos como figura emblemática da injustiça que o Brasil oficial perpetra contra o Brasil real. Sinal de uma resistência – operação oportuna em tempos de ameaça de diluição cultural, pelo fenômeno impreciso e preocupante pela iminência: a globalização. O historiador rastreia, no modo literário, a história do sentido – o que pode dar sentido à história. E é justamente isso que uma tal obra cobra de nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **História e interpretação de Os Sertões.** Olímpio de Souza Andrade. Ed. Edart. SP. 1966.
2. **Caderneta de campo.** Euclides da Cunha. Cultrix. SP. INL.1975.
3. **Os Sertões.** Euclides da Cunha. Edição crítica estabelecida por Walnice N. Galvão. SP. Brasiliense. 1985.
4. **A imitação dos Sentidos.** Leopoldo Bernucci. Edusp. SP. 1995.
5. **Fato e Fábula.** Lourival Holanda. EdUA. Manaus. 1999.
6. **Tropics of Discourse.** Hayden White. Johns Hopkins Univ. Press. Baltimore.1978.
7. **Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha.** Roberto Ventura. In: O sertão e os Sertões. Beth Brait (Org.) Arte & Ciência. São Paulo. 1998.